



ARTICULAÇÕES ENTRE A NARRATIVA DE *O DELFIM* E A SOCIEDADE PORTUGUESA NOS ANOS 1960¹

Mônica Maciel Vahl²

RESUMO : Este artigo tem por objetivo apresentar os resultados de uma investigação sobre as articulações entre o romance *O Delfim*, de José Cardoso Pires, publicado originalmente em 1968, e a conjuntura de anacronismo vivenciada pela sociedade portuguesa durante a segunda metade do século XX. No decorrer do trabalho, buscou-se responder as seguintes questões: a) Quais as relações entre o romance e a situação política e cultural de Portugal na década de 1960?; e b) De que forma José Cardoso Pires caracterizou a falência da antiga ordem feudal e sugeriu uma modificação no corpo social da Gafeira?. Com este intuito foi utilizado o conceito de representação (Bessiére, 1995; Chartier, 1991; Ginzburg, 2001; Pesavento, 1995; 2003). A análise de *O Delfim* permitiu observar a trama de discursos que construíram a fictícia Gafeira, uma espécie de metonímia de Portugal, e a proposta de revolução socialista de José Cardoso Pires a partir da formação da Cooperativa dos Noventa e Oito.

Considerações iniciais

A década de 1960 definiu certa ambiguidade entre a intensificação da repressão Salazarista e o acirramento da guerra nas colônias africanas por parte do governo português e a movimentação da contracultura que exigia a revisão dos valores da modernidade e a transformação da consciência ocidental. Este artigo analisa o romance *O Delfim* de José Cardoso Pires³, publicado em 1968, ano chave da onda de protestos. A primeira versão do livro foi elaborada por Moraes Editores, sendo imediatamente bem recebida pela crítica portuguesa e produto de reedições e traduções para o francês, o espanhol e o alemão.

O objetivo do texto foi apresentar os resultados de investigação sobre as articulações entre o romance e a conjuntura de anacronismo vivenciada pela sociedade portuguesa durante aquele período. No decorrer do trabalho, buscou-se responder as seguintes questões: a) Quais as relações entre o romance e a situação política e cultural de Portugal na década de 1960?; b)

¹ Este artigo é resultado das discussões desenvolvidas na Disciplina Tópicos em Literatura e História ministrada pelo Prof. Dr. Alfeu Sparenberger no Curso de Mestrado em Letras da Universidade Federal de Pelotas.

² Acadêmica do Curso de Mestrado em Educação na Universidade Federal de Pelotas, Bolsista CNPq. E-mail: monicamvahl@gmail.com

³ José Cardoso Pires (1925-1998) produziu contos, romances, crônicas, ensaios, entre outros escritos. Sua obra é considerada de grande relevância no cenário da literatura portuguesa do século XX e entre suas publicações destaca-se *O Delfim*.

De que forma o autor caracterizou a falência da antiga ordem feudal e sugeriu uma modificação no corpo social da Gafeira?

Para tanto, se faz necessário discorrer sobre o conceito de *representação*. Chartier (1991, p. 184) percebe duas famílias de acepções diferentes e aparentemente contraditórias sobre o conceito. A primeira invoca uma ausência, e como instrumento de mediação pressupõe uma separação clara entre o representante e o representado. A segunda sugere uma presença, estabelecendo uma relação entre o signo visível e o referente significado, na apresentação pública de uma pessoa ou de um objeto.

Em um ensaio sobre os manequins exibidos durante os funerais ingleses e franceses, Ginzburg (2001) indica que a discussão sobre representação precisa ultrapassar o jogo de espelhos. Percebendo como o próprio processo de percepção do *imago* (como figura, ficção e talvez como abstração) é datado e permeado de múltiplos significados, e atentando para o fato que a concepção representação e de imagem no sentido atual começou a se desenvolver no período renascentista.

Para além destas reflexões, Pesavento (1995, 2003) assinala que a força de uma representação não vem de seu valor de verdade, mas sim da sua capacidade de mobilização dos indivíduos e de geração de reconhecimento e legitimidade social. Assim, a representação se inseriria em um regime de verossimilhança e credibilidade, não de veracidade, evocando outros significantes e significados que os explícitos ou literais.

Mais especificamente sobre a relação entre o texto ficcional e a realidade, Bessiére (1995) afirma ser falsa a dualidade entre *mimeses e anti-mimeses, representação e auto-representação*. A obra, apesar de inseparável de sua instituição social, seria um lugar provisório de mediações entre o real e a linguagem. A representação procederia pontualmente em um domínio parcial e finito, submetida a autoridade da linguagem e das coisas. A ficção seria a “exposição dos possíveis que as trocas linguísticas e simbólicas veiculam” (Bessiére, 1995, p. 389).

Para uma melhor compreensão o texto foi organizado em cinco seções. A primeira, desenvolve algumas observações sobre a construção dos principais personagens de *O Delfim*. A segunda, apresenta um breve panorama da fortuna crítica acerca desta obra. A terceira, versa sobre questões de ordem cultural e política em Portugal na década de 1960 e suas relações com a narrativa de José Cardoso Pires. A quarta, examina a falência de uma ordem aristocrática baseada na propriedade rural e a proposta de revolução expressa pela formação da cooperativa dos noventa e oito. Por fim, a quinta seção, explora algumas considerações sobre a escrita do romance.

Algumas observações sobre a construção do texto e dos personagens no *Delfim*

O Delfim apresenta a possibilidade de múltiplas leituras. O texto foi apresentado como um rascunho, um projeto de livro de um escritor lisboeta. No romance, o escritor/narrador retornou para a temporada de caça em outubro de 1967 na Gafeira, uma localidade que não aparece nos mapas, e descobriu que as pessoas que havia conhecido no ano anterior haviam sido atingidas por um crime misterioso.

A dramaticidade do episódio e a curiosidade do escritor, que não é nunca nomeado, faz com que sejam exploradas as diferentes versões sobre o que haveria acontecido com a família Palma Bravo, passando por discursos distintos como o burocrático, o religioso, o médico, o popular, entre outros. A busca pela verdade expõe reflexões sobre a escrita da história e sobre os limites do conhecimento do real.

Ao longo da investigação o escritor confronta as hipóteses dos moradores com as anotações de seu caderno e com outros textos como a Monografia do Termo da Gafeira elaborada pelo Abade Agostinho Saraiva para compreender a desestruturação da tradicional linhagem Palma Bravo que governava a região a mais de onze gerações. Tomás Manuel, conhecido como o Delfim⁴, o Infante e o Engenheiro havia desaparecido. Sua esposa Maria das Mêrces e seu criado Domingos foram encontrados mortos em circunstâncias suspeitas.

Tomás Manuel Undécimo Palma Bravo era integrante de uma classe de grandes proprietários rurais em decadência. Ao contrário de seus antecessores precisava trabalhar em uma fábrica para sustentar seus luxos, como o poderoso jaguar que utilizava para locomoção entre sua casa, a lagoa, o largo e a vila. A sua esposa era apenas mais um entre tantas outras mulheres, objetificadas por ele como a mulher-pega ou a mulher-codorniz. Os empregados deveriam ser moldados para servir acima de tudo.

Maria das Mêrces nasceu em uma cidade grande, estudou em um externato religioso que a preparou para a função suprema, casar com um componente de sua casta e gerar descendentes saudáveis. Todavia, a vida de casada foi marcada pela ausência de filhos e apesar de não estar claro se a mácula da infertilidade era dela ou de Tomás Manuel foi estigmatizada como uma esposa maninha. Cada vez mais isolada na casa da lagoa, ocupava os dias tricotando para os pobres, lendo revistas de moda e assistindo televisão. Foi localizada morta no pântano que rodeava a lagoa.

⁴ O termo delfim era utilizado para designar o filho primogénito de casas reais na Europa.

Domingos era o criado de confiança de Tomás Manuel. Mestiço e analfabeto trabalhou durante um tempo como marinheiro, ocupação clássica dos portugueses. Após perder um dos braços passou a servir os Palma Bravo. Deveria cuidar apenas das máquinas e dos animais, mas acabou ficando responsável também por trazer o patrão de suas bebedeiras e farras em segurança para casa. No mesmo dia da morte de Maria das Mêrces foi descoberto sem vida, deitado na cama do casal Palma Bravo.

Entre a fronteira nem sempre clara dos acontecimentos de outubro de 1967, das memórias de outubro de 1966, das anotações do caderno e das citações de autores como Sigmund Freud e William Shakespeare, o escritor ainda entrecruza o caminho de outros habitantes da Gafeira como o regedor da freguesia, a dona da pensão, o cauteleiro, o padre, o médico, os camponeses-operários e as viúvas-de-vivos.

No processo de averiguação do crime, o livro aproxima-se das contradições da Gafeira. Uma povoação fortemente enraizada na tradição, obediente a religião católica e aos senhores feudais Palma Bravo. No entanto, a comunidade rural cerceada de sua liberdade e impossibilitada de crescer economicamente, aproveitou a oportunidade do vácuo de poder e realizou sua própria revolução ao fundar a Cooperativa dos Noventa e Oito e socializar o uso da lagoa.

Gafeira e Portugal capturadas entre a opressão da mitologia colonizadora e da hegemonia discursiva

A constituição do Estado Absolutista na Europa foi sustentada pela instauração de uma unidade política que permitiu a centralização econômica e burocrática, o protecionismo, a formação de exércitos regulares e a expansão ultramarina. Porém, o absolutismo não representou um enfraquecimento da aristocracia feudal, ao contrário, foi um reforço do poder político da nobreza em um momento de difusão da produção e de troca de mercadorias (Anderson, 1985).

Os esforços de guerra na expulsão dos mulçumanos e na reconquista da Península Ibérica colaboram para o pioneirismo português na reconfiguração do Estado Feudal. Com uma organização política forte foram reunidos os recursos materiais e humanos necessários para a expansão além mar. Para Alencastro (1998) a conquista de novos territórios através da navegação por Portugal foi uma medida preventiva, tendo em vista que o reino era periodicamente posto em risco pela pressão política espanhola e pela coerção econômica inglesa.

O sucesso no desenvolvimento da tecnologia náutica e no estabelecimento de enclaves e feitorias ao redor do globo contribuiu para a elaboração de um destino nacional. A mitologia portuguesa foi enraizada em uma cultura colonizadora, em que ser português é estar no mundo. Indícios desta mitologia podem ser notados na narrativa de *O Delfim*:

Falo com a mão na consciência, porque, modéstia à parte, muitos dos meus avós portugueses também foram bons cientistas de descobrir mundo. Excelentes, não exagero. Diabólicos triunfadores das sete partidas do mundo e igualmente sacrificados pela especulação dos políticos e ofensas à Liga da Inteligência Pública que naquela época, século XVI, não existia. Nem existe hoje, infelizmente (Pires, 1971, p. 73-74).

Ao mesmo tempo em que o escritor-narrador identifica as *fabulosas aventuras dos portugueses* e a considerável habilidade dos *cientistas de descobrir mundo*, nota que essas façanhas estão seladas no passado e que “acessar com os padrões dos nossos descobridores como resposta às façanhas de um cosmonauta é o argumento dos olvidados, e já enjoa. Estamos fartos de o ouvir nos discursos de academia e nas crônicas oficiais” (Pires, 1971, p. 74).

Da mesma forma que em Portugal, passagem do tempo na Gafeira ocorre de forma lenta. O país se encontrava na estagnado politicamente em uma ditadura repressiva e em um modelo econômico ultrapassado. A Gafeira apenas assistia a sucessão de diferentes gerações de Palma Bravo e a manutenção de uma economia rural paternalista. O decurso do tempo foi metaforizado por José Cardoso Pires na imagem da lagartixa descrita a seguir:

Espalmada na inscrição imperial, havia uma lagartixa. Parada, imóvel, parecia um estilhaço de pedra sobre outra pedra maior e mais antiga, mas, como todas as lagartixas, um estilhaço sensível e vivaz debaixo daquele sono aparente. Pensei: o tempo, o nosso tempo amesquinhado. Ficámos frente a frente, à luz do meio dia. Eu senhor escritor da comarca de Portugal, e portanto animal tolerado, à margem, e ela, ser humilde, português, que habita as ruínas da História; que cumpre uma existência entre pedras e sol (Pires, 1971, p. 37).⁵

A lagartixa, o *tempo (português) da História*, estava parada e imóvel sob a herança romana e a tradição feudal, em um aparente sono. Parte desta imobilidade ocorria devido a hegemonia discursiva que vigorava através da Monografia do Termo da Gafeira e da propaganda do Estado Novo. O que ocorriam em ambos os casos era uma simulação da modernidade, pois a inexistência de uma classe média impedia o desenvolvimento das cidades, da opinião pública e de um eleitorado democrático. O poder político legitimava-se por intermédio da menoridade cívica do povo, que era considerado sem responsabilidade para assumir a densidade sobre o processo histórico (Trindade, 2011).

⁵ Nas citações de *O Delfim* optou-se por manter a grafia original do português de Portugal.

As estruturas propagandísticas, policiais e censórias criavam a simulação do consenso e autocelebração do regime Salazarista. A sociedade civil deveria se subordinar ao sistema político monopartidário, tanto Salazar como Caetano utilizavam a figura de paternal do pedagogo para legitimar um discurso moralista. A principal diferença residia na utilização das mídias, ao passo que Salazar preferia os jornais e o rádio, Caetano aproveitava melhor a ampla publicidade da televisão (Cádima, 2010).

A censura atuava nos meios de comunicação, impedindo a divulgação de críticas ao regime e colaborando para a punição de opositores. A atuação do controle da circulação de informações pode ser percebida no excerto seguinte:

Esfregando o polegar no indicador, sentimos escorrer o esforço, o fungo quase imperceptível que reveste e que alisa os altos e baixos da nossa consciência. São os jornais sem sobressaltos, que é o que pode dizer deles, lendo-os. E é que eles nos dizem a nós, suando. Foram tão escorridos, tão lavados pela Censura, que sujam as mãos (Pires, 1971, p. 72).

Enquanto a propaganda governamental consagrava personalidades como Mussolini, Franco e Hitler, a literatura questionava ou subvertia a versão oficial de forma tenaz. O exemplo de Portugal não foi diferente (Rocha, 2003). De maneira sutil, o autor de *O Delfim* denuncia que os jornais portugueses estão sendo lavados pela censura e que não apresentam nenhum tipo de sobressalto, pois todas as notícias foram controladas. Portanto, só resta aos leitores sujar as mãos com o papel sujo e escorrido dos periódicos. Em outra passagem do livro, o escritor e o padre conversam sobre o jornal da tarde:

Aponto o jornal da tarde: “Os americanos anunciam o primeiro comboio astronáutico.” “E nós temos que lhes pedir o horário para os cumprimentar cá de baixo.” “Nem mais,” digo eu, rindo. “Ou então perguntamos aos russos.” “Perguntamos ao De Gaulle...” “Subversivo. Deixou perder a Argélia.” “Nesse caso, perguntamos ao Ian Smith,” torno eu. “Pior. Teóricamente, o Ian Smith é subversivíssimo. Revoltou-se contra a metrópole...” (Pires, 1971, p. 106).

A partir desta citação é possível perceber o contexto de disputa pela conquista do espaço, evidenciando a guerra-fria e de oposição de projetos ideológicos divergentes, o capitalismo estadunidense e o comunismo russo. A ironia do eclesiástico ao afirmar que ambos precisarão *pedir o horário para os cumprimentar cá de baixo* indica a baixa relevância portuguesa no cenário internacional, completamente alheia ao progresso tecnológico e distante da corrida pelo espaço.

Outro aspecto interessante são as referências a De Gaulle e a Ian Smith, sendo o primeiro o presidente francês que elaborou o referendo que permitiu a autodeterminação na

Argélia e o segundo primeiro-ministro da Rodésia que gerou uma guerra civil e foi apoiado inclusive por Salazar. Além do desmoronamento da lógica colonial, foi mencionada a neurose dos agentes da ditadura, em especial, do integrantes da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), na busca por elementos de comportamento subversivo. Ainda sobre o pânico causado pelos agentes da repressão, José Cardoso Pires zombou: ““Não dizem que em cada português há um polícia escondido?” “Dois”, corrijo eu. “Um polícia e um velho do Restelo que faz as vezes de polícia” (1971, p. 159).

A falência de uma ordem social e uma proposta de revolução na Gafeira

A Gafeira se organizava a partir de uma administração paternalista em que o provedor Palma Bravo fornecia alimentação, vestuário e lazer como um método de controle da dependência dos moradores (Pires, 1971, p. 134). No entanto, uma série de fatores acabam desestabilizando a lógica da grande propriedade como, por exemplo, o empobrecimento da aristocracia caracterizado pelo último Tomás Manuel Palma Bravo, que precisava trabalhar como engenheiro em um fábrica de celulose enquanto assistia o destruição de sua propriedade por falta de manutenção. Aspectos da mudança da ordem patriarcal foram contemplados na reflexão de Tomás Manuel sobre o preço que custa o tempo:

E esse é o preço que nos custa o tempo: “Positivamente,” disse-me uma vez Tomás Manuel. “Cada tempo tem um preço.” Via nas florestas trituradas pelas fábricas de celulose (ele próprio trabalhava numa, e que remédio); via a caça desaparecer (“não tarda muito, só nos restam perdizes de aviário e coelhos enlatados,” ameaçava); nas vilas do interior surgiram snack-bars (“manjedouras”, chamava-lhes ele) onde o sincero e palpável linho ia sendo substituído por guardanapos de papel (“o papel higiênico para limpar o olho da boca”); via na Gafeira os filhos dos emigrantes passeando transistors (“garrações de música”) – via isto tudo e não criava ilusões: “É o preço do tempo. Para haver Jaguars e safaris foi preciso aceitar esta trampa toda.” (Pires, 1971, p. 74-75)

O *preço do tempo* para Tomás Manuel era expresso na diminuição da riqueza e do poder da nobreza rural, na redução de sua qualidade de vida, no desaparecimento das florestas e da caça e na inserção em massa da cultura estrangeira. Ou seja, o *princípio das exclusividades* que manteve a posição de sua família na sociedade ruía lentamente. O *preço do tempo* para os outros habitantes da Gafeira era diferente, a população em geral encontrava-se sem condições de manter uma ocupação rentável, restando apenas duas possibilidades ou se encaminhava para um subemprego na indústria ou migrava para outro país em busca de melhores condições. Abaixo um trecho de *O Delfim* sobre a situação indefinida dos camponeses-operários:

Não dispendo de terras, o homem da Gafeira exerce como recurso uma actividade, não especializada nas fábricas dos arredores. A impossibilidade de garantir um futuro na indústria e a desadaptação gradual ao campo conferem-lhe um comportamento indeciso a que, à falta de melhor, se atribui a designação de “camponês-operário” (Pires, 1971, p. 61).

O termo *camponês-operário* caracterizava os sujeitos que oriundos da zona rural não possuíam terras e por isso se encontravam em uma situação de total dependência. Com a falência da aristocracia rural, restaram poucas alternativas de sustento na localidade. O início das manhãs e o final das tardes na Gafeira eram marcados pelo tilintar das bicicletas dos camponeses-operários que deixavam suas casas e o trabalho no campo para vender sua mão-de-obra pouco especializada, e por consequência pouco valorizada, para as indústrias da região. Em uma conversa do escritor com a dona da pensão sobre o desaparecimento de Tomás Manuel desponta a temática do abandono da zona rural pelos jovens:

Luxo e desgoverno. Foi a ânsia de luxar que atirou tantos emigrantes daqui para fora...” Ah, hospedeira, que por vezês chego a pensar que é doutor Agostinho Saraiva quem fala por detrás dessa boca de pétalas. Só ele criticaria assim os camponeses que abandonam a terra e os rapazes que vestem blusões de plástico e vão o café ver televisão. “Luxo e desgoverno... (Pires, 1971, p. 26).

A falta de oportunidade de crescimento econômico e de mobilidade social gerou o esvaziamento do campo por parte dos mais novos, que decidiam migrar para lugares como a Alemanha, a França, o Canadá e o Brasil em busca de melhores condições. Este fenômeno acabou gerando as *viúvas-de-vivos*, mulheres jovens casadas que ficavam sozinhas em suas casas enquanto os maridos viajavam para trabalhar em outro país. Para essas moças restava apenas vestir o luto, aguardar a volta do amado e agradecer pela remessa de dólares, cartas e presentes.

O arranjo social da Gafeira começou a passar por uma transformação com a morte de Maria das Mêrces e de Domingos e com o desaparecimento do Delfim Palma Bravo. O direito de distribuir as licenças que autorizavam a caça em torno da lagoa foi colocado em leilão na praça pública. A Cooperativa dos Noventa e Oito, composta pelo regedor da freguesia, o médico, o padre, o professor e os camponeses da Gafeira ganhou a disputa de maneira honesta e em face da lei. A formação da cooperativa dos noventa e oito foi percebida pelo escritor como estremecer do *sono de pedra* da lagartixa:

Em todo caso, este ano vai haver menos caçadores nas margens porque o tempo (a lagartixa, disse-se) despertou, deu um salto. Noventa e oito espingardas da Gafeira vão este ano enfeitar a lagoa em plena liberdade, pondo um brilho novo naquela fuzilaria,

uma vez que poupados como são e conhecedores do terreno e dos hábitos das aves, hão-de certamente aquietar os intrusos sanguinários (p. 176).

Esta modificação na liberação das licenças gerou duas principais consequências: A primeira diz respeito aos camponeses que residiam na Gafeira e que a partir da configuração da Cooperativa dos Noventa e Oito não precisavam mais comprar uma licença para caçar na lagoa, o que permitiu transformar a atividade em renda real, inclusive com a probabilidade de transformar a região em fornecedora de carne para Lisboa. A segunda afetou os caçadores estrangeiros e de modo consequente o setor de serviços, com a diminuição do preço da licença de noventa para sessenta contos os estrangeiros teriam mais dinheiro para gastar no comércio da Gafeira, gerando lucro para a localidade.

A ruptura com a herança imóvel dos Palma Bravo foi celebrada, pois “toda festa é uma demonstração de poder”. A casa do Engenheiro estava conquistada pelas lagartixas, que são para o escritor/narrador “o tempo (português) da História” (Pires, 1971, p. 129). A festividade em comemoração a abertura da temporada de caça sob a gerência da Cooperativa dos Noventa e Oito foi uma demonstração do poder da administração da coletividade frente ao legado individualista da antiga nobreza. O ato de posse da cooperativa foi cercado de flores, incensos e fogos de artifícios e regado a vinho e enguias fumegantes. Os camponeses e os caçadores comeram, cantaram e dançaram toda a noite. O tiroteio que seguiu a festa e cobriu o chão de penas caracterizou o rompimento com o passado e a promessa de novos tempos.

Considerações Finais

O romance *O Delfim*, de José Cardoso Pires, encerra sem apresentar uma teoria definitiva sobre o desfecho trágico de Tomás Manuel, Maria das Mêrces e Domingos. No entanto, as distintas versões do crime que perpassam o discurso burocrático, religioso, médico e popular permitem vislumbrar um panorama abrangente da Gafeira, que pode ser compreendida como uma metonímia da conjuntura histórica de Portugal.

Ao partir da questão *Quais as relações entre o romance e a situação política e cultural de Portugal na década de 1960?*, foi possível observar uma série de indícios que apontam para manutenção de um sentimento saudosista lusitano em relação ao seu passado mítico e heroico e para a situação de restrição da liberdade pelo Estado Novo, tanto dentro do território português com intensificação da repressão e da censura, como nas colônias africanas com a insistência em uma guerra plenamente ultrapassada no final do século XX.

No que concerne a questão *De que forma o autor caracterizou a falência da antiga ordem feudal e sugeriu uma modificação no corpo social da Gafeira?*, identificou-se o empobrecimento da antiga nobreza, o esvaziamento da zona rural e a impossibilidade de crescimento econômico da localidade. Contudo, a proposta de revolução tendo como base a formação da Cooperativa dos Noventa e Oito e a socialização da lagoa evidenciou o rompimento com o passado de atraso e a expectativa de um futuro mais justo para todos.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “A economia política dos descobrimentos”. In: NOVAES, Adauto (org.). **A Descoberta do Homem e do Mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 193-207.

ANDERSON, Perry. **Linhagens do estado absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BESSIÈRE, Jean. “Literatura e representação”. In: ANGENOT, Mark e outros (org). **Teoria literária – problemas e perspectivas**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995. p. 379-396.

CÁDIMA, Francisco Rui. “Imagens e representações da ditadura portuguesa na televisão (1957-1974)”. IN: **LOGOS 32 – Comunicação e Audiovisual**. Rio de Janeiro, ano 17, n. 1, p. 56-69, 1º semestre de 2010.

CHARTIER, Roger. “O Mundo como Representação”. IN: **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 11, n. 5, p. 173-191, 1991.

CROSARIOL, Isabelita Maria. “Delfim fragmentado: uma leitura do romance de José Cardoso Pires”. IN: **Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura**. São Paulo, v. 3, n. 2, p. 12-18, 2011.

GINZBURG, Carlo. Representação: “A palavra, a idéia, a coisa”. In: GINZBURG, Carlo. IN: **Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 85-103.

MONTAURY, Alexandre. “O Delfim, narrativa de entrelinhas”. IN: **Revista Semear**. Rio de Janeiro, n. 5, p. 1-5, 2000.

PESAVENTO, S. “Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário”. IN: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995.

PESAVENTO, S. **História & história cultural**. Belo Horizonte: Autentica, 2003.

PIRES, José Cardoso. **O Delfim**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

ROCHA, Clara. “A memória literária da ditadura: autoridade, identidade, liberdade”. IN: **Ipotesi**. Juiz de Fora, vol. 7, n. 2, p. 29-39, jul./dez. 2003.

ROSA, Selesté Michels da. “O Delfim e o pós-modernismo”. IN: **Revista Trama**. Marechal Cândido Rondon, vol. 4, n. 8, p. 199-211, 2º semestre de 2008.

TRINDADE, Luís. “Os Excessos de Abril”. IN: MARGATO, Izabel e GOMES, Renato Cordeiro (orgs.). **Literatura e revolução**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011. p. 43-60.